



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO IV - Nº 43 - 2ª Quinzena de janeiro de 1993 - Cr\$ 2.000,00

No plebiscito sobre sistema de governo,

## Vote Nulo !

Nem presidencialismo, nem  
parlamentarismo:

Pôr abaixo o governo burguês,

Construir o Governo Operário e Camponês

Levantar as massas contra o  
governo continuísta  
antinacional e antipopular de  
Itamar:

**Por uma  
Campanha  
Nacional de Luta  
pelo Salário  
Mínimo de 5  
milhões e fim do  
desemprego**

Fora o Imperialismo do  
Oriente Médio !

Todo apoio ao Iraque !

---

**III Congresso da  
T.POR**

22 a 24 de janeiro de 1993

Construir o partido  
Revolucionário é  
construir o Programa  
Revolucionário

## Parlamentarismo ou Presidencialismo: A divisão burguesa, Duas faces da mesma moeda

Os partidos burgueses (PSDB, PMDB, PDT, PDS, etc) e seus seguidores de esquerda (PT, PPS, PCdoB) se preparam para a batalha do plebiscito de abril, para o qual a população será chamada a votar pelo regime parlamentar ou presidencial. No Congresso Nacional, se formaram duas frentes de alinhamento, que abrigam os parlamentares divididos em dois blocos. Os defensores da volta à monarquia não têm importância, apenas demonstram a que ponto chegou a decomposição política da burguesia e a anarquia que reina em suas fileiras.

O PT se encontra profundamente dividido. Os presidencialistas se batem em torno da idéia de que o parlamentarismo é uma forma de se impedir a chegada do PT ao poder, através da candidatura de Lula para presidência, já que a maioria parlamentar estaria nas mãos dos mais poderosos partidos.

O partido mais unido em torno do parlamentarismo é o PSDB. Compreendendo a importância do PT para a campanha junto às massas, o presidente do PSDB, Jereissati, saiu em defesa de uma coalizão para a candidatura presidencial, no caso de vencer o parlamentarismo, considerando que se implantará a forma francesa, onde se combinam parlamentarismo com o presidencialismo. O parlamento composto elege o primeiro ministro, que será o chefe do governo, responsável de fato pelos planos econômicos e a governabilidade, e o presidente eleito diretamente será o chefe de Estado, responsável pela segurança burguesa do poder, sendo constitucionalmente controlador das forças de repressão (Forças Armadas).

A ala parlamentarista do PT logo saiu em defesa da coligação Lula/Jereissati, considerando ser uma chapa imbatível para 1994. Trata-se de uma ofensiva conjunta do PSDB e parlamentaristas petistas contra os presidencialistas petistas, que ameaçam ganhar a maioria do partido.

Como vemos, é um jogo do vale tudo em torno da definição. Mas a divisão interburguesa é mais ampla, atinge todos os partidos. Os presidencialistas dos Estados mais poderosos do Sudeste (SP e Rio) e Sul argumentam com a desproporcional representação parlamentar, que afeta a estrutura federativa do Brasil. Os Estados menos populosos e mais atrasados têm um número de parlamentares proporcionalmente maior do

que os do Sudeste e Sul. Isto obrigaria a uma reforma constitucional, que daria maiores poderes à fração capitalista industrial, comercial e financeira do Sudeste/Sul.

Para uma parcela de parlamentares dos Estados industrializados, trata-se justamente da oportunidade para se rever tal desproporção. Entretanto, tanto para a parcela de presidencialistas quanto parlamentaristas do Norte e Nordeste não se pode modificar a atual forma de representação, que tem servido de equilíbrio político entre as regiões distintas. Em outras palavras, para se manter a contraditória unidade nacional, baseada em profundos desequilíbrios regionais, é necessário que as oligarquias nordestinas continuem a influenciar decisivamente na condução dos Estados em detrimento da fração oligárquica-capitalista do Sudeste e Sul.

A colocação dos presidencialistas de que o parlamentarismo exige partidos fortes, como na Alemanha, França e Inglaterra, é apenas mais um aspecto do mesmo problema da centralização do Estado e da formação oligárquica da burguesia nacional do Brasil semicolonial. Os exemplos citados de parlamentarismo são de países imperialistas, onde o capitalismo desenvolveu plenamente as forças produtivas. Por outro lado, na mais poderosa potência mundial, os Estados Unidos, prevalece o presidencialismo, sem que se verifique o tipo de crise estatal como ocorre no Brasil.

O controle econômico e a exploração do mundo inteiro pela América e Europa imperialistas têm permitido à burguesia controlar as massas através das ilusões democráticas, auxiliada pela vasta burocracia sindical. Fato esse que vem se esgotando com a crise e a miséria das massas, como demonstra a abstenção nas eleições norte-americanas. No Brasil, a crise permanente do Estado reflete a impossibilidade histórica da débil burguesia nacional em desenvolver o capitalismo de forma homogênea (eliminando os desequilíbrios regionais e formando uma burguesia nacional mais homogênea) e eliminar o extraordinário peso da pobreza absoluta entre as massas. Não é por acaso que, ao longo da formação do Estado, prevaleceu regimes de ditadura militar e civil (a exemplo do Estado Novo), necessários para impor a centralização política do país assentada na contraditória e precária unidade nacional e na aguda luta de classes, incluindo a luta interburguesa.

Se não é a ditadura militar, a melhor forma encontrada foi a da ditadura civil presidencial, haja vista o acanhado desenvolvimento das instituições parlamentares e seu inócuo papel para a democracia burguesa.

A atual situação de crise de regime, que culminou com o impeachment de Collor, é certamente a mais grave de nossa história, por refletir a desintegração da estrutura produtiva capitalista sob o peso da crise mundial, em que o imperialismo investe agressivamente contra suas semicolônias. O Estado, os partidos burgueses, a burguesia se desagregam progressivamente com a recessão, com as exigências externas de desmonte do estatismo, abertura do mercado, inibição de setores estratégicos (informática, etc) e pagamento da dívida externa.

As massas são sacrificadas mais a fundo, combinando amplo desemprego com a redução salarial. Nem a manutenção do presidencialismo, nem a mudança para o parlamentarismo resolverão a crise estrutural do regime capitalista de exploração, porque a crise política é, em última instância, consequência de fatores históricos do capitalismo semicolonial, que emergem sob pressão da crise econômica recolocando o velho problema da centralização do Estado, a unidade nacional, a opressão imperialista e a profunda divisão entre as classes. Problemas estes não solúveis pela burguesia e no âmbito do sistema econômico capitalista. Através da discussão de qual regime é mais democrático e mais adaptado para solucionar a crise nacional, a burguesia e seus seguidores como o PT, PPS, PCdoB, etc procuram obscurecer os reais problemas e arrastar as massas por detrás de suas divisões. Apoiando o presidencialismo ou o parlamentarismo, os explorados estariam sustentando o Estado capitalista e sua burguesia em decomposição.

Longe da conclusão de que só há esta alternativa, a estratégia revolucionária levanta a defesa da revolução proletária. O proletariado deve lutar por sua independência política rejeitando as alternativas burguesas e defendendo sua estratégia própria do governo operário e camponês (ditadura proletária), a ser conquistado não através do plebiscito, mas pela revolução.

Nem presidencialismo, nem parlamentarismo, abster-se! Anular o voto e defender a implantação do governo operário e camponês.

## O que pensa um dirigente da Convergência Socialista (CS)

Entrevistado sobre o plebiscito, pelo Diário do ABCD (13/12/92), o conhecido dirigente da CS Romildo Raposo respondeu: "O parlamentarismo tem a vantagem de ser mais democrático, porque o Congresso elege o Primeiro Ministro que se não responder à expectativa e não cumprir a plataforma política é pressionado e cai, enquanto que no regime presidencialista temos que esperar quatro anos engolindo fraudes". Está aí uma colocação que confirma nossa crítica à CS de se constituir numa corrente de esquerda democratizante, uma variante socialdemocrata. Portanto, distante do marxismo-leninismo-trotskismo a que se autoproclama.

Através de outras declarações publicadas no mesmo jornal, constatamos a filiação da CS ao bloco dos democratizantes: "O parlamentarismo é mais democrático (João Paulo de Oliveira-PT). "Sou a favor do parlamentarismo onde há mais democracia e os problemas são mais fáceis de solucionar" (João Cristiano-PSB). "Sou favorável à descentralização do poder, fazendo com que as decisões se tomem mais democráticas por intermédio do parlamentarismo" (Antônio Rodrigues-PT-DS). "No parlamentarismo as crises são contornadas de maneira mais fácil, onde o executivo perde força e precisa governar em conjunto com o Congresso, fortalecendo os partidos" (Mário Moreno- PTB). "Sou a favor do parlamentarismo desde que seja igual ao de

Portugal, onde a maior bancada apresenta o 1. Ministro que pode ser derrubado a qualquer momento e o presidente tem o poder de dissolver o parlamento" (Orlando Amibal, PMDB).

O cretinismo parlamentar da colocação do dirigente da CS, sem dúvida, é igualado com o do PTB ao PT-DS. Todos concordam na defesa do parlamentarismo por ser mais democrático. Romildo vai longe na sua caracterização, quando diz que se o 1. Ministro não cumprir a plataforma política cai. Primeiro, se esquece de dizer que se trata de uma variante do regime de dominação burguesa, portanto, da democracia burguesa, não se tratando simplesmente do mecanismo formal de eleição e queda do 1. Ministro. Segundo, omite o fato de que o parlamento que derruba o 1. Ministro não está sob o controle das massas e sim dos partidos burgueses. Em ambos os casos, a plataforma política, a que se refere Romildo, sai do seio da burguesia e representa seus interesses de classe. Um 1. Ministro só cairá se não mais expressar as posições majoritárias da burguesia.

A comparação de que com o parlamentarismo o 1. Ministro cai, enquanto que no regime presidencialista temos que esperar quatro anos engolindo fraudes, Romildo está falsificando. Tanto no parlamentarismo como no presidencialismo as massas são enganadas pelas fraudes burguesas. Mas há algo mais essencial ainda: tanto

num como noutro regime de estado a burguesia exerce sua ditadura de classe sobre as massas, ou seja, assegura a exploração do trabalho e a repressão aos movimentos. Justamente porque os pseudo-marxistas - e por isso revisionistas do trotskismo - se esquecem do princípio de que a mais perfeita democracia não deixa de ser uma forma de exercício da ditadura de classe, é que volta e meia sucumbem no cretinismo parlamentar.

A CS diz que a difamamos quando afirmamos que não estrutura um partido revolucionário em torno da estratégia programática da revolução e ditadura proletárias. No entanto, um de seus máximos dirigentes se dá a liberdade de defender o parlamentarismo porque este pode derrubar o 1. Ministro e evitar a fraude. Perguntamos aos verdadeiros marxistas: trata-se ou não da negação da estratégia do proletariado?

Certamente, Romildo não poderá dizer que a imprensa deformou seu pensamento. Frente à mesma questão, o militante da T.POR, Manoel Boni, respondeu: "Sou contra todos esses regimes. Defendo a ditadura do proletariado, rumo ao regime sem classes, ou seja, a vontade das massas que é a maioria acima desta minoria exploradora e assassina, que são os burgueses. Conseguiremos através da revolução mundial". É evidente a diferença estratégica das posições frente ao parlamentarismo e presidencialismo.

## Plano de governo e crise política

Logo após a renúncia de Collor e a posse definitiva na presidência, Itamar e seus ministros lançaram um plano mínimo, que serviria de base para estabelecer um pacto de governabilidade com o Congresso Nacional. Para dourar a pílula confeitada pelo plano neoliberal de Collor (antinacional e antipopular), se anunciou a disposição de superar a recessão e melhorar a vida das massas empobrecidas (através de construção de casas populares, redução de preços dos alimentos e remédios, etc).

Embalado pelo clima de demagogia, o presidente do PMDB, Orestes Quércia, diz apoiar o governo desde que destine verbas para promover uma grande safra agrícola,

a ponto de permitir distribuir alimento gratuito para os esfomeados. Tudo isso antes da reunião do dia 8 de janeiro, com os 19 presidentes de partidos.

Na própria reunião, diante do plano habitacional, de alimentos baratos e de abertura de 200 mil empregos, Lula (PT) ressaltou pontos comuns aos do governo Itamar, demonstrando disposição de colaborar, mesmo sendo oposição. O mesmo fez Maluf, como direita opositora.

A simples presença na ampla reunião, precedida do chamado ao pacto de governabilidade, significou disposição do PT ao PDS de apoiar os projetos de Itamar, ainda que com ressalvas.

Para os governadores, mais uma vez, esteve colocada a negociação em torno da rolagem da dívida dos municípios e Estados (49 bilhões de dólares) em troca de apoio no Congresso.

Nem bem os partidos declararam boa vontade para com o governo e as divergências em torno do ajuste fiscal mostraram as dificuldades de se chegar a um acordo de governabilidade. Ao governo interessa aprovar essencialmente o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), de onde arrecadaria imediatamente a maior parte dos recursos previstos na reforma fiscal. Ocorre que contra tal imposto se unem desde banqueiros até o mais

pequeno comerciante, até os assalariados que movimentam conta bancária. Os primeiros sintomas das discussões são de que tal objetivo não passe pelo Congresso.

A resposta governamental é de que sem a reforma fiscal, estariam comprometidas as metas sociais anunciadas e mais cortes orçamentários viriam para equilibrar o orçamento, de forma a cumprir as exigências do FMI. A demagogia social é, assim, desmascarada. O objetivo real do governo é implantar mais impostos, que em última instância recaem sobre as massas assalariadas, que pagam o repasse nas mercadorias.

Ao mesmo tempo, a másc

ara nacionalista de Itamar também caiu com a clara definição de seguir o Plano Nacional de Desestatização e abertura da economia ao imperialismo. Tanto a reforma fiscal (criação de mais impostos) quanto a desestatização são imposições dos credores internacionais, que objetivam não só continuar recebendo a fábula de juros como ampliar o controle externo da economia.

A desagregação econômica (falências, redução dos negócios, queda de lucratividade, etc) tem dividido a burguesia, o que vem provocando um acúmulo sucessivo de crises políticas. A contribuição do PT tem sido inestimável à burguesia. Enquanto a crise de Estado avança e os governos capitalistas se despedaçam, os reformistas amordaçam a classe operária através do controle da CUT. A burocracia sindical

tem constituído uma verdadeira frente de contenção das lutas. O apoio ao Ministro do Trabalho, que manteve o arrocho salarial, contendo o salário mínimo no valor de um milhão e duzentos mil cruzeiros, quando seu valor real já seria de cinco milhões, reverte-se em clara sustentação do governo demagógico e capitulador perante o neoliberalismo.

A política operária independente se coloca em total confronto ao governo burguês entreguista e antipopular. Levanta as reivindicações mais sentidas como salário mínimo real, emprego e fim da miséria, bem como a defesa antiimperialista do estatismo, para organizar o movimento nacional oposto ao governo Itamar. Defende que a CUT rompa com a política do pacto pró-patronal e mobilize unitariamente as massas.

## Direção Nacional da CUT é contra o estatismo

A corrente Articulação (direção majoritária da CUT) faz demagogia com o problema das privatizações. Ludibria os trabalhadores com a bandeira de Não às Privatizações, pois não são contrários à política de venda de estatais. Defende que haja um amplo debate entre os setores organizados para se verificar o que deve ser privatizado e, ao mesmo tempo, aponta ao governo burguês que a venda ocorra com a mais ampla transparência.

Não é à toa que não chamou os trabalhadores para se colocarem contra a priva-

tização. Limitou-se a realizar alguns atos em frente à Bolsa de Valores. Nada de colocar as massas nas ruas. Nada de preparar as ocupações nas estatais, que estavam sendo leiloadas. Nada de realizar um ampla campanha nas fábricas em defesa das estatais, contra a política neoliberal de desestatização.

Ao defender a bandeira falaciosa de Não às privatizações, a Articulação se coloca veementemente contrária à estatização sobre o controle dos trabalhadores. Diante da brutal entrega da economia ao grande

capital nacional e estrangeiro, é incapaz de defender o estatismo, ou seja, a soberania nacional. Contribui com o imperialismo e com o governo antinacional ao fazer uma devassa no país semicolonial, como o Brasil. Eis aí porque a CUT está paralisada.

Cabe aos trabalhadores rechaçarem a política antinacional da direção majoritária da CUT. A defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores é a defesa da economia nacional contra a política recolonizadora do imperialismo.

## O que se passa com os remédios?

Desde o começo de seu governo, Itamar Franco vem se atraindo com os laboratórios e indústria farmacêutica, que têm elevado os preços acima do índice inflacionário. Segundo a Fipe, de janeiro a novembro de 92, "os preços acumularam uma alta maior que a inflação em 50%" (Folha de SP). Das 350 indústrias de medicamentos, apenas 45 laboratórios multinacionais controlam 80% do faturamento. Isto demonstra que o capital internacional domina completamente o setor de medicamentos. Tem o poder de estabelecer o preço que bem entender, dado o controle monopolista do mercado e a cartelização (acordo entre as multinacionais concorrentes).

Não se trata apenas de um problema interno. Um punhado de multinacionais controla o mercado mundial de produtos farmacêuticos, inclusive da matéria-prima. Segundo o importador Arruda Corrêa, qualquer remédio custa hoje em média o dobro do preço internacio-

nal (Estadão). Os sais básicos utilizados na composição dos remédios são encarecidos pelos laboratórios poderosos.

O fato é que os preços inacessíveis atingem justamente a população trabalhadora, cada vez mais empobrecida com o arrocho salarial e o desemprego. São os mais doentes. Eis a contradição capitalista: o regime de exploração do trabalho produz uma massa de doentes, grande parte devido à inanição, falta de saneamento, etc, e uma indústria de remédios voltada à crescente lucratividade. Os capitalistas privam as massas de comida e infraestrutura elementar de sobrevivência e, ao mesmo tempo, dos remédios. A denúncia de que a população pobre tem usado remédios de cavalos, por serem mais baratos, em substituição aos humanos, é a prova da barbárie do regime de exploração. O capitalismo explora a fundo as massas, extrai uma fábula de riqueza e não consegue manter minimamente os assalariados.

O choque de Itamar com os capitalistas da indústria farmacêutica apenas acoberta o essencial do problema. O Ministro da Saúde, do PSB, ameaçou ativar os laboratórios estatais, totalmente desarmados a favor das multinacionais, e impor o controle de preços. Nada adiantou! O Ministro da Justiça, levantou a hipótese de implantar uma legislação específica que permita ao governo reduzir os preços exorbitantes. Nada adiantou! Finalmente, se pensa em reduzir o ICMS (imposto) de uma cesta básica de medicamentos, favorecendo as multinacionais com subsídios, como se faz com a indústria automobilística. Os capitalistas sorriram largo! Logo se aproveitarão dos subsídios e manterão a alta lucratividade.

A solução real a burguesia nacional e seu governo não podem tomar. Trata-se de expropriar e estatizar toda indústria farmacêutica sem indenização, uma medida antiimperialista e de defesa das massas, que

deve ser acompanhada pela imediata implantação do salário mínimo real, reajuste automático de acordo com a inflação e emprego a todos. Sem estas medidas radicais, a fome e a enfermidade continuarão a proliferar.

A demagogia de Itamar de controlar os cartéis de remédio não resiste aos fatos. Ao mesmo tempo que reclama das altas abusivas, mantém a política salarial de confisco inflacionário e de baixos vencimentos. A classe trabalhadora interessa lutar sério pela solução dos reais problemas, em que o dos remédios é apenas um aspecto. Por isso, o programa proletário se baseia na expropriação dos meios de produção da burguesia, estatização de toda base produtiva, financeira e comercial, implantação do controle operário da produção e domínio do Estado. Lutamos por melhorar as condições de vida ainda sob o capitalismo, mas somente como um meio para a revolução proletária.

## O que fará Maluf

### Duas administrações capitalistas: PT e do PDS

Os trabalhadores que votaram em Maluf logo verão que elegeram um governo antipopular, ou seja, que colocará a prefeitura a serviço das grandes empreiteiras e dos bairros burgueses. Uma das primeiras medidas anunciadas é que retornará as obras do ex-prefeito Jânio Quadros, cujo valor principal é o de destinar boa parte do orçamento municipal ao favorecimento das empreiteiras. Para aumentar a arrecadação, elevará os impostos e as tarifas públicas. Maluf já anunciou que não poderá dar continuidade aos subsídios das passagens de ônibus do sistema de municipalização do PT (Erundina). Terá de elevar o preço às alturas. Segundo os cálculos, teria de reajustá-las para 8 mil cruzeiros em prazo curto de tempo.

O maior trunfo de Maluf é a explicação de que, com a municipalização, os empresários dos transportes foram favorecidos pelos subsídios. De fato, Erundina selou uma aliança com o setor de transporte, destinando parte do orçamento para os subsídios. Se, com o sistema de municipalização, uma fábula foi destinada a aplicação em saúde, educação e infraestrutura de moradia foi desviada para os bolsos dos empresários, na perspectiva de Maluf, as massas deverão pagar diretamente as altas tarifas, reduzindo ainda mais os miseráveis salários e mantendo o favorecimento dos capitalistas.

O fato é que o encarecimento dos transportes tem sido constante, contribuindo para a diminuição do poder de compra dos salários, uma vez que maior parte dos gastos com trens, metrô, ônibus é para o trabalho. Para os patrões das fábricas e comércio, é bom que as passagens sejam baixas, porque assim podem manter os salários no chão. Com seu aumento, os trabalhadores começam a sentir a necessidade de greves. Eis porque a Fiesp já se sentou com Maluf para negociar um plano de tarifas.

A questão dos transportes revela bem o mecanismo do sistema capitalista. Erundina subsidiou as passagens (mesmo proporcionalmente ao salário mínimo de fome continuaram altíssimas), favoreceu os capitalistas em geral e desviou verbas dos serviços sociais. Maluf não pretende subsidiar, descarregando assim todo o peso sobre as massas. Não deixa de favorecer os capitalistas em geral. Os petistas dirão que mesmo assim há uma diferença

entre Erundina e Maluf. Este ataca diretamente nos preços das passagens e, finalmente, não aplicará em saúde, educação e na economia popular. Canalizará a maior parte para os bolsos das empreiteiras em obras suntuosas. Tudo isso é verdade. Mas há que explicar que o reformismo petista se diferencia apenas em grau da administração Maluf, por se tratar de uma administração pró-burguesa, ou seja, incapaz de travar a luta anticapitalista e revelar para as massas os mecanismos de exploração do trabalho.

Nas condições de desemprego em massa, redução dos salários, aumento da miséria e aumento da exploração do trabalho, a política orçamentária de continuar favorecendo os capitalistas (donos dos transportes, das fábricas, comércio, etc) e aos mesmo tempo ludibriando a população trabalhadora com pequenos remendos, o reformismo não deixa de cumprir o papel reacionário. Enquanto o malufismo expõe abertamente as garras da administração capitalista, Erundina procurou esconder-se por detrás de medidas demagógicas no oceano de pobreza e desespero das massas. Seus seguidores, metidos na máquina do estado, contiveram o movimento popular, principalmente o das ocupações de terra. Desocupações e repressão às greves dos condutores estiveram presentes no método de governar petista, uma marca antioperária e antipopular, a qual os reformistas no poder não puderam escapar, pois na inevitável luta de classes tiveram de se colocar ao lado da ordem burguesa.

A vitória de Maluf, em grande parte, foi consequência da própria administração petista. Na campanha eleitoral, os propagandistas do PT não se cansaram de dizer que Maluf atacaria os serviços sociais. O que é verdade. Agora é hora dos petistas de base saírem da disputa eleitoral e começarem a organizar a resistência baseada na luta direta, desde as fábricas até os bairros. Logo verão que a cúpula partidária será contra enfrentar Maluf nas ruas. Mas esta é a única via dos trabalhadores enfrentarem os ataques malufistas, como parte da luta mais geral contra o capitalismo.

Fora com o malufismo!

Nenhum apoio ao reformismo petista!

Construir o Partido Operário Revolucionário, antieletorário e antimagógico!

## O que os trabalhadores precisam saber

### Inflação, desemprego e salário: produtos da exploração capitalista.

Entra governo e sai governo, mas a inflação continua a corroer os salários. Durante um certo tempo, justificava-se o arrocho salarial como meio de baixar a inflação. Com isso, atribuía-se a disparada inflacionária aos minguados salários. Argumentava-se que não se deveria aumentar os salários porque, em seguida, a inflação os diminuiria mais ainda. Inclusive a burocracia sindical, que come do bom e do melhor com o dinheiro do sindicato e algumas caixinhas vindas dos patrões, contribuiu com essa farsa.

Hoje, ninguém mais pode dizer que os salários inflacionam, justamente porque estão há muito atrochados e a inflação se mantém. Os capitalistas e seus serventes na direção dos sindicatos, inclusive da CUT, se utilizam de outra mentira para se evitar as lutas salariais. Dizem que na recessão é melhor ter salários baixos e não reivindicar do que perder o emprego. Este argumento vai de Vicentinho a Medeiros da Força Sindical.

Como vemos, a inflação continua a comer os salários e os exploradores, juntamente com seus lacaios, sempre têm um argumento para manter as massas subjugadas. Ora os salários inflacionam, ora o desemprego não permite aumentos. Ocorre que os salários baixos, tendo por base o salário mínimo de fome, é a condição para maior lucratividade da classe capitalista. As demissões em massa são consequências da recessão econômica, que, por sua vez, são utilizadas para rebaixar os salários. A pior das situações é a que vivemos, pois os capitalistas impõem aos trabalhadores as duas condições: arrocho e desemprego. Enquanto os trabalhadores empregados temerem lutar pelo salário, mais fácil se torna para os capitalistas demitirem. Justamente através da luta salarial se coloca a luta pelo emprego. A bandeira de união entre empregados e desempregados é fundamental.

A unidade grevista dos operários e o avanço da consciência política anticapitalista é que são capazes de combater o desemprego e a superexploração. Tanto a inflação quanto a recessão, que traz desemprego, resultam do sistema econômico capitalista, que de um lado acumula montanha de capitais e de outro empobrece as massas. Os operários podem ver que a produção nas fábricas é coletiva, social, concentrando um tremendo esforço de milhões de assalariados, entretanto a apropriação de riqueza é individual, ou seja, pertence ao capitalista. É desta contradição que nascem as crises econômicas e a miséria dos trabalhadores. Somente a luta pelo fim do capitalismo resolverá de vez a exploração e a miséria. A luta combinada por salário e emprego é uma condição não só para defender o essencial para a sobrevivência como também para alcançar a organização anticapitalista dos explorados.

Organizemos, companheiros a campanha nacional de luta.

## Itamar: o nacionalista neoliberal Abaixo o governo antinacional e antipopular

Com a vitória do impeachment de Collor, cada partido com representação no Congresso achou uma justificativa de apoio ao novo governo burguês de Itamar. O mais fraudulento de todos os argumentos era e é o de que se substituiu um governo pró-imperialista por um nacionalista. O PCdoB, que continua estalinista, embora já reconheça formalmente os crimes de Stalin, declarou apoio a Itamar justamente por essa razão, entre outras, evidentemente.

Passados os primeiros momentos de demagogia nacional-populista, Itamar se dispôs a seguir piamente o Plano Nacional de Desestatização e todas as medidas exigidas pelo imperialismo. Uma de suas providências foi a de regulamentar juridicamente as privatizações, para que os leilões deixassem de ser questionados judicialmente por setores da própria burocracia do Estado. As pressões do governo para resolver de vez a chamada modernização dos portos, que não passa de privatização, é a prova mais recente do seguidismo de Itamar ao caminho traçado por Collor.

O mesmo acontece com os projetos de patentes e o calendário de privatização, em que a CSN se destaca por sua importância estratégica na economia do país. No documento, Diretrizes de Ação Governamental, divulgado pelo Ministro do Planejamento Hadad, se prevê como segundo estágio do plano de desestatização a transferência de serviços públicos como rodovias, telefonia etc para a iniciativa privada, o que quer dizer lucratividade e encarecimento das tarifas.

A reforma fiscal, por sua vez, comparece como condição para se manter o pagamento da dívida externa e interna, que corresponde a cerca de 70% do Orçamento da União. As altas taxas de juros, que permanecem, sangram o Tesouro e enchem os bolsos dos bancos que sobrevivem de agiotagem. Itamar, como Collor, acoberta que o descontrole monetário provocado pela rapinagem dos juros internos e externos da dívida é responsável em grande parte pela alta da inflação, utilizada de um lado para arrochar os salários, que não acompanham as altas dos preços, e de outro, para favorecer o capital financeiro agiota. A política salarial reformada não modifica a essência da superexploração, mantendo o arrocho e a miséria. Enfim, as demissões continuam a vigorar com a recessão.

Este quadro comprova que Itamar não rompeu em nada com Collor. Continua a favorecer os interesses do grande capital nacional e internacional, em detrimento das massas. Os trabalhadores não devem se iludir com o populismo dos remédios baratos, alimentos para os pobres, casas populares, etc. Ao contrário, é necessário organizarmos o movimento nacional de luta pelas reivindicações mais elementares e pelas de conteúdo antiimperialista (fim das desestatizações, não pagamento da dívida externa, etc). Enquanto correntes como o PT e o PCdoB se unem na oposição para apoiar Itamar, a T.POR defende o fim do governo antinacional e antipopular através da luta direta.

## Organizar a Campanha Nacional de Luta em defesa do salário mínimo real (hoje 5 milhões de cruzeiros)

Nesse mês, o ministro do trabalho, Walter Barelli, anunciou o aumento do salário mínimo para 99 dólares ou 1.250.700,00. Este novo valor é medíocre, pois segundo o Dieese, o salário mínimo real necessário para manter uma família de 4 pessoas deveria ser 5 milhões, portanto, 4 vezes mais do que o valor decretado pelo governo.

Os assalariados que recebem o salário mínimo se já não tinham o arroz e o feijão diariamente em suas casas, agora com esse novo valor terão menos ainda, pois o custo de vida aumentou, no ano de 92, 1129%, sendo que só os alimentos foram reajustados em 1208,92%, acima inclusive da inflação anual que foi de 1157,95% (IGP). E face ao esse pequeno reajuste do salário mínimo, os empresários já elevaram os preços de tudo no começo do mês. Só no período de 4 a 8/janeiro a inflação foi de 12,585% e está estimada em 26% em janeiro e 26,5% em fevereiro.

E o quadro se agrava mais ainda à medida que o salário estará congelado, pois Barelli está estudando a possibilidade de reajustá-lo bimestralmente somente a partir de agosto.

O próprio governo Itamar teme uma convulsão social diante da miséria instalada no país. Como não podem erradicá-la, apresenta propostas demagógicas no sentido de obter alguma credibilidade dos assalariados, como a venda de alimentos mais baratos, a isenção de pagamento de remédios para os que ganham até 3 salários mínimos, a isenção de pagamento de energia elétrica para os que consomem até 30 megawats, e até ressuscitar a falida campanha "fiscais do Sarney"

como forma de controlar os "preços abusivos". Mas rapidamente essas propostas estão sendo desmascaradas, pois são os empresários do grande capital que mandam na economia e o governo Itamar representa os interesses dessa classe. Por isso, as propostas do governo que de fato estão sendo implantadas só beneficiam o empresariado, com a redução de impostos, a facilidade de financiamentos e, agora, o salário mínimo de 99 dólares.

Para o empresariado, o salário de 99 dólares representa manter as taxas de exploração do trabalho, pois garante alta lucratividade ao pagar salários tão baixos. Perde apenas para o Uruguai que é de 88 dólares.

Esse salário mínimo que os economistas burgueses tanto se vangloriam de ter alcançado, aliado com as demissões em massa, continuará sendo responsável pelo aumento da miséria no país, subnutrição e analfabetismo, jogando mais famílias trabalhadoras nas favelas e marginalidade.

Defender o salário mínimo real com escala móvel significa defender a sobrevivência das famílias operárias. Por isso, nessa crise capitalista, nenhuma trégua deve ser dada aos cofres do governo e ao empresariado. É preciso enfrentá-los centralizadamente, unificados com o conjunto dos assalariados. É preciso exigir que a CUT rompa com os acordos das Câmaras Setoriais, e chame os sindicatos para organizar a campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real, com escala móvel e contra o desemprego.

## Barelli, o Ministro da PT e da CT, e o Desemprego

Com 8 milhões de desempregados no país, o ministro do trabalho, Walter Barelli, apresentou uma proposta sem vergonha para reduzir o desemprego.

O projeto consiste em incentivar a criação e o desenvolvimento de empresas que utilizem mão de obra intensiva, isto é, utilizará os Cr\$ 17,5 trilhões vindos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para financiar esse projeto aos empresários com facilidade de créditos e também isentará parcialmente de impostos as empresas que empregam um número elevado de trabalhadores, como o da construção naval.

Depois de tanta lucratividade, pois em 92 rendeu US\$ 2,5 bilhões aos empresários com as privatizações e a fusão do capital nacional com as multinacionais, o grande capital conseguirá mais uma forma de proteger os seus lucros.

A proposta feita por Barelli de isenção de impostos nada mais é que a tentativa de estender os acordos firmados entre a CUT e os empresários nas câmaras setoriais aos outros setores da economia. A diferença é que agora os empresários também terão créditos facilitados.

Esta proposta é demagógica como for-

ma de acabar com o desemprego, haja vista o número de desempregados que existe no setor metalúrgico, pois o grande capital manda e desmanda na economia, demite, aumenta preços, etc. pois o seu objetivo é lucro.

O desemprego é típico do regime capitalista em desagregação. A crise de superprodução provém da existência da propriedade privada dos meios de produção. E a recessão ampliada pela política econômica do governo objetiva solucionar a crise de superprodução quebrando parte da economia.

Para acabar com o desemprego não adianta planos de reformas no regime capitalista. É preciso acabar com a propriedade privada, para poder organizar a economia e planificá-la. Somente a estatização da economia sob o controle operário é o que garantirá empregos a todos e produção em grande escala.

Dessa forma, qualquer proposta de reformas dentro do regime capitalista não passa de mera utopia e demagogia. É por isso que Barelli além de não conseguir acabar com o desemprego é obrigado a ajudar descaradamente os capitalistas!

## PT DEMITE EM SANTOS

A Câmara Municipal de Santos demitiu 206 funcionários, entre ajudantes e assistentes legislativos, como parte de um processo de "moralização" da Câmara.

As demissões ocorreram sob o discurso de se fazer uma administração com "austeridade e transparência", conforme depoimento da presidente Maria Lúcia Prandi (PT), recém eleita para dirigir o Legislativo da cidade.

Dessa forma, a petista mostra o caráter burguês do PT, uma vez que procura resgatar a confiabilidade de um organismo que serve aos interesses empresariais, como a Câmara, às custas das demissões de funcionários, ainda que apadrinhados na gestão anterior.

Na realidade, as demissões vieram no sentido de recompor o quadro de funcionários de com a politicagem petista, pedessista, etc, como ocorreu na gestão Erundina, mantendo portanto o cabide de emprego, que é o mesmo motivo utilizado para promover as atuais demissões. Denunciamos qualquer demissão justamente porque o capitalismo não dá emprego a todos. O PT ao demitir, de um lado, reforça a situação de desemprego e, se provavelmente admitir seus apadrinhados reforça a manipulação dos empregos no aparelho do Estado.

Nenhuma demissão de funcionário!

Por um movimento a favor de emprego a todos!

## AUMENTA O DESEMPREGO

O nível de emprego na indústria, no estado de São Paulo, teve uma queda de 9,34% em comparação a 1991. Isso significa que aumentou o número de desempregados em 160.383. Foi o segundo pior resultado dos últimos dez anos. Só superado pelas demissões de 1.990, que atingiu 225.104, de acordo com os dados da própria FIESP.

E a tendência é aumentar o número de desempregados. Em janeiro, a DZ fará um corte de 270 funcionários em função da fusão das empresas Zanini e Dedini em Rio Claro. A Mercedes planeja um novo programa de demissões voluntárias, que visa reduzir 10% do seu quadro de funcionários, ou seja, 2000 trabalhadores. Segundo denúncia do diretor do sindicato dos trabalhadores de frios, a Swift de São Paulo demitiu agora em dezembro 400 e pretende fechar a unidade em janeiro, prometendo, portanto, dispensar o restante dos funcionários.

Nos dados da Price Waterhouse, as empresas iniciaram 93 com a capacidade ociosa média de 30%, a mesma registrada até outubro/92, e não incluíram ampliação da escala da produção nos seus projetos a longo prazo.

Na crise capitalista, os empresários para protegerem seus lucros reduzem a capacidade produtiva, demitindo os funcionários e aumentando a taxa de exploração do trabalho. Enquanto que os assalariados estão obrigados a padecer com os baixos salários, com o aumento do custo de vida e do desemprego em massa.

É preciso organizar uma luta consequente contra o desemprego. Uma luta que parta da construção das greves com ocupações das fábricas e se generalize por todo país.

Mas para que isso aconteça é preciso exigir que a CUT saia da paralisia e organize uma campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real e do desemprego, rompendo portanto, com o governo capitalista de Itamar e com os acordos das câmaras setoriais que só tem beneficiado o empresariado com a tática das demissões voluntárias.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A  
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO  
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA  
CAIXA POSTAL Nº 575 - AG. CENTRAL - RECIFE - PE - CEP 50001

## Frente Revolucionária e a construção do Partido Operário Revolucionário

As tendências que compõem a Frente Revolucionária declaram como objetivo formar um partido revolucionário. Em sua maioria, defendem a constituição da Frente como um meio para se chegar ao partido. A T.POR tem se colocado favorável a participar da Frente, deixando claro dois pontos: 1) Trata-se de constituir uma frente de ação de massa, que pela natureza das tarefas só pode ser uma frente antiimperialista e anticapitalista; 2) A tática frentista não pode objetivar a partir de si própria forma o Partido Revolucionário.

### A necessidade estratégica do Partido Revolucionário

A tarefa de construir o partido da revolução proletária é decisiva para a situação de decomposição progressiva da ordem capitalista. Com a integração irreversível do PT na órbita da política burguesa, as correntes que integram a Frente estão de acordo com a necessidade de se formar um outro partido. Entretanto, não admitem colocar a questão no terreno da estratégia programática. Limitam-se a ver aspectos táticos de aglutinação de correntes e base militante petista, que tende à dispersão. Não se preocupam em fazer um balanço da construção partidária no Brasil, que passa pela experiência do PT e do PCB (estalinismo). Não se coloca em discussão a estratégia programática destas duas correntes, às quais uma grande parcela dos militantes da frente esteve ligada. Pretendem formar um partido saído da Frente, mas sem a crítica da linha política, o que serve para evitar a discussão sobre a orientação de cada corrente. Desta forma, não estabelecem a relação histórica do PT social-democrata com a experiência estalinista do passado e sonham suas relações com tais correntes.

A essência programática do PCB centrou na elaboração da estratégia do governo de união nacional, do governo democrático e da revolução democrático-burguesa, uma etapa prévia para uma futura transformação socialista. A esta concepção corresponde a tática do apoio do proletariado aos governos nacionalistas, inviabilizando a sua formação como classe independente. Por sua vez, o PT chegou à conclusão definitiva, através da corrente Articulação, da inviabilidade da revolução socialista. Elaborou como objetivo estratégico o governo de unidade com "setores progressistas" da burguesia, que não deixa de ser de união nacional (conciliação entre capitalistas e explorados). A bandeira do governo democrático e popular se contrapõe diametralmente à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

As correntes que militaram no PT e foram expulsas, e mesmo o Partido da Fren-

te Socialista (PFS), que também integra a Frente, não foram capazes de explicar e se contrapor à formulação do programa do governo democrático e popular, que para tal exigia avançar na construção do programa estratégico da ditadura do proletariado. Grande parte das correntes sonega a tarefa de extrair da realidade do Brasil capitalista semicolonial a fórmula do governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias. Perderam-se na variante democrático-eleitoral do governo dos trabalhadores, encabeçada principalmente pela CS e, posteriormente, até mesmo por Causa Operária no seu processo de revisão de linha política. Por isso, uma parte destas correntes precisa defender a bandeira de eleições gerais para uma situação de crise de regime político, uma forma de se adaptar ao democratismo burguês, negando, nos fatos, a estratégia da ditadura do proletariado.

Como podemos verificar, tanto em relação ao curso do PT quanto das correntes que se reivindicam do marxismo, o problema histórico da construção do partido revolucionário está na elaboração do programa e da sua estratégia. No passado, o reformismo combateu o marxismo justamente no seu ponto nevrálgico, negando a tomada violenta do poder através da guerra civil (insurreição das massas) e o princípio da ditadura revolucionária de classe. Posteriormente, o estalinismo desfigurou o poder do proletariado, transformando-o numa ditadura da casta burocrática.

A estruturação do partido da revolução socialista em qualquer parte do mundo, necessita partir da estratégia da ditadura proletária, que terá sua expressão concreta de acordo com as particularidades nacionais e de desenvolvimento histórico, no quadro dos acontecimentos da realidade internacional. A T.POR insiste neste ponto por considerar que é a base sobre a qual se assenta a estruturação do programa, ou seja, do partido. Da mesma forma, não se poderá avançar na construção de um partido marxista sem se basear no internacionalismo proletário, que em nossa época comparece na tarefa de reconstruir a IV Internacional,

que mantém vigente o Programa de Transição.

Não é por acaso que as correntes que pretendem organizar uma Frente de Esquerda para construir o partido contornam estes problemas estratégicos. Ao serem levantadas como condição para formar o partido, logo se constatará as profundas diferenças e contradições, que certamente dividem e não unem. A omissão da crítica programática e da defesa concreta da estratégia da revolução e ditadura proletárias conduz à criação de um partido democratizante de esquerda, adaptado à conjuntura eleitoral e à integração do PT no Estado capitalista. Não é por acaso que a CS desde já desfraudou a bandeira de Lula para a Presidência da República, na perspectiva de seu governo dos trabalhadores.

A posição de uma Frente baseada em idéias consensuais não pode ser revolucionária, porque terá por método as acomodações e a negação da luta política contra o oportunismo. A T.POR coloca que a construção do partido é a construção do programa proletário, que tem suas raízes no marxismo-leninismo-trotskismo. A aglutinação de militantes sem a estratégia programática será mais um obstáculo para a formação do partido marxista.

### Construir uma Frente Revolucionária Antiimperialista

Uma frente se coloca como condição para unificar as massas em luta. Temos presenciado o capitalismo se decompor e arrastar os trabalhadores para uma profunda miséria. Entra governo e sai governo e a política burguesa não consegue solucionar a crise estrutural, que se manifesta em escala internacional. Pelo contrário, as diretrizes neoliberais têm avançado o processo recessivo, as quebraadeiras e o desemprego em massa. A cada passo da crise, a burocracia sindical e o PT revelam seu papel social e político de bloquear a revolta das massas e de sustentar a continuidade da ordem burguesa. Atuam decisivamente contra a unificação dos trabalhadores a nível nacional,



## Resposta de Manoel Boni a Causa Operária

## Os revisionistas do trotsquismo e seu radicalismo pequeno-burguês

perfilam os sindicatos e a CUT por detrás do parlamento e se submetem às medidas antinacionais. Contidas as massas, o governo e a burguesia nacional se vêm livres para processar a crise do regime político, bem como para implantar as exigências do imperialismo, ainda que estas contrariem determinados interesses nacionais burgueses, como ocorrem com as privatizações e a abertura de mercado.

As correntes de esquerda, por seu turno, acabam limitando-se à luta aparelhista nos sindicatos e na CUT, ou, então, seguindo as manifestações da burocracia reformista, como ocorreu no movimento do impeachment. Isto significa que não agem independentemente do aparelhismo burocrático.

A estruturação de uma Frente de ação direta, que parta das necessidades imediatas das massas e avance na luta antiimperialista e anticapitalista seria um passo progressivo na independência de classe. Estaria em contraposição à direção burocratizada do movimento operário e popular. Esta se basearia em campanhas nacionais permanentes de luta e se estruturaria por todo o país em torno de comitês de frente única, que interviriam em todos os movimentos e organizariam as manifestações.

Temos visto o governo avançar no seu Plano de privatizações e ao tempo uma profunda inércia dos sindicatos e, por consequência, das esquerdas que a eles estão adaptadas. Uma frente teria por função elaborar uma linha de resposta, levando às massas a tarefa de se opor ao imperialismo, rechaçando o entreguismo através da ação direta (greves, ocupações, manifestações, controle operário da produção).

Os comitês de frente anticapitalista e antiimperialista, certamente, se proliferariam e ganhariam a atenção dos trabalhadores para os grandes problemas nacionais que se ligam aos mais urgentes, como o salário mínimo real, escala móvel de salário e emprego, moradia, saúde, etc. Com o desenvolvimento das lutas unificadas, avançaria a discussão programática e as correntes seriam testadas objetivamente quanto à estratégia e a tática, que defendem. Através da Frente Revolucionária Antiimperialista e Anticapitalista, as tendências de fato seriam capazes de criticar e se autocriticar programaticamente para se unificar na tarefa de construir o partido revolucionário, bem como a cisão com o oportunismo também se aprofundaria.

Companheiros, inicialmente a T.POR levanta esses dois pontos para intervir na Frente. Com o progresso das discussões, novos problemas deverão se colocar.

Na reunião do Comitê contra a opressão política e social realizado dia 6/1/93, em Diadema, Causa Operária (CO) distribuiu um escrito que, segundo esta organização, responderia às críticas formuladas pela T.POR por ocasião do debate realizado na subseção dos metalúrgicos na semana de homenagem aos 2 anos de luta e resistência da Vila Socialista.

Causa Operária escamoteia, mais uma vez falseia e foge do centro da discussão, além de denunciar a si própria como uma organização com orientação pequeno burguesa e oportunista. A polêmica se travou devido a defesa por CO das eleições gerais como sendo a forma de resolver os problemas nacionais e se contrapor ao governo Itamar, chegando ao ridículo de acusar a T.POR de defender o governo Itamar e de organização direitista, porque não reclamava a bandeira das eleições gerais. O que CO não toca no seu documento resposta é a crítica feita pela T.POR, no debate, de que a crise do país não é uma crise de governo e sim uma crise de regime e que não basta eleger este ou aquele presidente, como quer CO, porque o problema é a crise estrutural capitalista de superprodução, que somente a ditadura do proletariado (governo operário e camponês), saída da insurreição pode-

rá pôr fim.

No seu escrito de resposta, CO se safava da crítica, dizendo que a T.POR através de Boni participa há 10 anos no parlamento e acusa CO de eleitoreira pelo simples fato de defender a participação nas eleições. A T.POR em todos os seus documentos nunca negou a participação nas eleições e o uso do parlamento. Na prática, a intervenção, na Câmara Municipal de Diadema, uma instância do parlamento, esteve subordinada à organização do movimento operário e popular, como constata as inúmeras ocupações de terra em defesa da moradia e das condições elementares de existência dos trabalhadores. Graças à utilização revolucionária da condição parlamentar, é que Boni carrega nas costas uma montanha de processos judiciais, sofre com a repressão policial e esteve várias vezes detido no calabouço da burguesia. O que o Sr. Rui Costa Pimenta é incapaz de fazer é um balanço compatível da ação parlamentar de Boni em relação ao do PT e demais partidos. Esta corrente pequeno burguesa fecha os olhos para o fato de que a militância parlamentar de Boni é apenas um episódio na luta de classes em defesa da construção do programa do partido Revolucionário junto aos trabalhadores.

## Resposta a Causa Operária

## Causa Operária e as eleições gerais

Em plena crise de regime político, em que a burguesia arrastava as massas para a saída controlada do impeachment, Causa Operária conflua com a bandeira oportunista da Convergência Socialista de "Fora Collor" e convocação de eleições gerais. Foi incapaz de defender a via da derrubada revolucionária do governo antinacional e antipopular.

Fora Collor associada à reivindicação de eleições gerais para presidente e parlamento, sem dúvida, respondeu a uma orientação democrático pequeno burguesa para a crise de regime. Através da qual tratava-se de afastar o governo decadente e renovar o parlamento corrompido. O poder de constituição da nova governabilidade foi dado às umas. O que só podemos entender como via de solução da crise.

A exemplo da CS, Causa Operária nunca explicou quem convocaria novas eleições. Se procurasse fazê-lo, revelaria plenamente seu democratismo. É por isso que CO não pôde assimilar a bandeira de convocação dos Tribunais Populares, o Abaixo Collor e a defesa do governo operário e camponês. Desta forma, na crise burguesa, não interviu com uma posição independente. Esta é a essência da crítica da T.POR, reproduzida por Manoel Boni no debate com o prepotente e burocrata Rui Costa Pimenta, que no seu documento de resposta diz que Boni os acusou de eleitores "pelo simples fato de defenderem a participação nas eleições". Ora, o Sr. Rui Pimenta deveria se envergonhar de tamanha mentira. A crítica do POR é precisa: diz respeito à defesa da bandeira das eleições gerais nas condições atuais concretas da crise de regime, tanto em relação a Collor quanto a Itamar. Tanto é que CO continua a bradar Fora Itamar e eleições gerais. Se se pretende responder à T.POR, que faça em relação à nossa real crítica. Se o Sr. Rui tivesse o cuidado de ler as posições da T.POR veria que não condenam a participação nas eleições e formulam a tática eleitoral como linha auxiliar da luta revolucionária.

## Causa Operária e a revisão estratégica

A T.POR assinalou desde o primeiro momento que Causa Operária assumiu a bandeira do governo dos trabalhadores, historicamente defendida pela Convergência Socialista (CS), em substituição ao governo operário e camponês, para se adaptar programaticamente ao PT, ou seja, para poder expressar o eleitoralismo esquerdista. Criticamos prontamente a orientação contida na defesa de um governo dos trabalhadores de Lula, saído das eleições, por ocasião da campanha presidencial. Entretanto, os prepotentes pequeno-burgueses são capazes de atacar a militância exemplar de Manoel Boni, que utilizou plenamente sua posição parlamentar para organizar a ação direta dos explorados em confronto com a propriedade privada, as leis burguesas e o Estado repressor (a exemplo de inúmeras ocupações de terra), mas não são capazes de prestar atenção à crítica programática da T.POR.

Depois de ser expulsa do PT, Causa Operária (CO) começa a voltar a se utilizar da bandeira de governo operário e camponês, manejando as consignas de poder com uma leviandade típica do oportunismo.

A simplificação de apenas defender a participação nas eleições, para justificar a defesa das eleições gerais como solução dos problemas nacionais e de crise de regime político, é uma afronta à inteligência e ao raciocínio marxista, mesmo que débil, presente no movimento, o que expõe ao ridículo estes "revolucionários" de gabinete.

A acusação de carreirismo de Boni não merece muitas respostas, pois a vida diária desta militância no interior do parlamento está aberta para a análise. Tal militância teve consequências irreparáveis, tanto física quanto jurídica da repressão do Estado burguês. A que ponto CO se expõe ao ridículo, pois se esquece que em 1992 procurou Boni, através da dirigente Anai Caproni, para discutir a possibilidade de retorno deste para a CO. O que foi prontamente respondida em documento escrito, onde a T.POR caracteriza CO como uma corrente dirigida por uma casta burocrática pequeno-burguesa e que dirige criminosamente o Sindicato dos Frios em SP. Como CO pode convidar militante que caracteriza como carreirista para integrar seus quadros?

Sobre a crítica de ausência de CO no período de ocupação da Vila Socialista, justificativa de que esta se deu em sigilo é totalmente falsa. A ocupação se deu em

setembro de 1990 e o despejo ocorreu em 11 de dezembro (três meses após a ocupação). Acrescenta-se a isso o fato de que nesses 3 meses foram realizadas inúmeros atos, passeatas e saíram matérias na grande imprensa pressionada pelos sem-teto, com objetivo de tirá-los do isolamento. Nesse período CO, como também os Independentes, não compareceram. Isso não pelo desconhecimento. Os motivos foram outros.

Sobre a acusação de certificado de propriedade do movimento, não cabe muitos argumentos, pois isso é próprio de oportunistas e burocratas. Não faz parte de corrente como Causa Operária respeitar a autonomia dos movimentos, entendida como construção de sua direção no interior da luta, onde se dá a legítima disputa entre as posições. O método de conquistar positivamente a direção de fora do movimento é próprio de correntes pequeno burguesa de franco atiradores. É nesse sentido que temos dito a CO que a formação dos comitês de apoio não objetiva desbanear burocraticamente a direção reconhecida, o que não impede o seu direito de fazer as críticas e propostas para a condução da luta. O que não se pode é utilizar a luta aparelhista através dos comitês para impôr uma nova direção. É próprio da burocracia auxiliar com infraestrutura os movimentos para

## Uma organização burocratizada

Em seus estatutos, CO declara que fará Congresso a cada ano, com três meses de antecipação pelo menos. Entretanto, esta organização ficou até 5 anos sem realizá-lo, fazendo apenas conferências que não têm o mesmo poder de eleger a nova direção. Assim, os burocratas do Comitê Central chegaram a cooptar até 80% de seus membros, revelando desprezo com a vida organizativa da Corrente.

Esta é uma condição para a direção burocrática pequeno-burguesa rever a linha sem que houvesse resistência, bem como as intervenções nas células rebeldes para sufocar as divergências. Esta foi a experiência que militantes da T.POR tiveram no passado com essa corrente.

Recentemente, a CO desfechou seu ódio a seus críticos programáticos utilizando-se da violência gangsteril por ocasião das eleições do Sindicato dos Frios. Agora, investe contra a militância de Manoel Boni da maneira mais estúpida possível, distorcendo as críticas e difamando a luta revolucionária da T.POR na Câmara Municipal. Sem dúvida, tais revisionistas expressam na forma organizativa a negação da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

condicioná-los. A atitude de CO não tem fugido a essa regra. Como CO não desenvolve o programa revolucionário, expressa de fora dos movimentos o método de luta aparelhista e mecânica pela direção. É esta política que mereceu repulsa vigorosa da T.POR.

Sobre a crítica à resistência é natural, uma corrente que revisa o marxismo na sua essência, negando a estratégia da revolução e ditadura proletárias, só pode concluir com posições pacifistas e idéias burguesas. Está aí porque corre atrás das eleições gerais.

22, 23 e 24 de janeiro de 1993:

## III Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário

**Construir o Partido Revolucionário é construir o Programa Revolucionário !**

**E em meados de fevereiro:**

**Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

## A miséria toma conta da grande maioria da população

No documento divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que no Brasil há 65 milhões de pessoas em condições de pobreza, ou seja, com renda insuficiente para cobrir suas necessidades básicas. Entre os pobres, 34 milhões de pessoas são indigentes, isto é, não têm recursos para comer. Isto quer dizer que de cada 10 habitantes 4,4 são pobres e 2,3 são indigentes.

Os dados revelados pelo IPEA confirmam o avanço da fome sobre a maioria da população brasileira. A miséria no Nordeste é visível em todos os lugares, desde as áreas urbanas até o sertão. Nessa região, mais de 9 milhões de pessoas com idade superior a dez anos vivem abaixo do nível de pobreza. Sobrevivem com rendimentos que não atingem a 80% do salário mínimo. Só em Recife 150 mil pessoas sobrevivem de resto atirados ao lixo. São chamados de trapeiros (catadores de lixo).

Na região Sudeste, considerada a mais rica do país, a fome alastrou. Em Belo Horizonte as cenas das filas de crianças em busca da sopa rala de legumes já se tornou comum. O exemplo da favela Onze de Junho, onde vivem 3000 pessoas sob lonas, é uma das demonstrações de como sobrevive grande parte da população urbana das grandes cidades. A coleta de lixo para comer, os abrigos ao lado de um rio de esgoto, a falta de água para beber, etc são as condições da grande maioria das favelas no Brasil. No Rio de Janeiro, as condições são as mesmas. Só na favela da Maré, moram 1200 famílias sob palafitas, disputando com as ratazanas o pouco de comida que está na panela.

O fenômeno da fome se generalizou por todo o país. Desde as grandes cidades até o campo a miséria tem avançado. Na região do ga-

rampo de esmeraldas (Campos Verdes- Goiânia) mais da metade da população mora em favela. A mesma coisa acontece no Norte.

A concentração da fome e da miséria da maioria da população está em contradição com a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas no país. Potencialmente o Brasil tem condições de crescer, mas é obrigado a destruir suas forças produtivas (recessão) para manter o regime capitalista em decomposição. Um país onde sobram 2 bilhões de litros de leite no mercado interno possui 34 milhões de pessoas passando fome. A queda do consumo de feijão, carne, leite tem sido assustadora. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas, mas é também um dos campeões da fome.

A barbárie capitalista mutila uma grande parcela da população com a fome, miséria e o desemprego. A destruição física de um grande contingente de pessoas é parte do regime de exploração do trabalho, que para sobreviver é obrigado a descarregar a crise sobre os ombros da maioria dos trabalhadores. Os efeitos da brutal recessão, do desemprego e do arrocho salarial aparecem na queda do consumo de alimentos básicos, como é o caso do leite, aumentando a miséria por todos os lados do país.

A solução do problema da fome não se encontra nos marcos do regime capitalista. Ao contrário, será com sua destuição e implantação do Estado Operário (ditadura do proletariado), que estes problemas serão superados. Enquanto pedurar a propriedade privada dos meios de produção, a fome e a miséria tenderão a crescer. Por isso, desde já lutamos para pôr fim ao regime que destrói fisicamente enormes parcelas da população pobre.

## Pistoleiros matam trabalhadores rurais em Rio Maria (PA)

A família Camuto vem sendo dizimada por assassinos de aluguel. Primeiro mataram João Camuto, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, depois assassinaram dois de seus filhos, Paulo e José. Carlos Cabral (genro de João Camuto) e seu assessor na presidência do sindicato conseguiram escapar de um atentado a tiros, do qual participaram dois pistoleiros. A apuração desses crimes nunca foi feita, apesar das insistentes denúncias da família.

A família Camuto denuncia um "consórcio" de 22 maiores fazendeiros da região como os financiadores dos pistoleiros de aluguel. Mas as investigações que se iniciaram em 1985 até hoje não concluíram. Dificilmente se chegará aos verdadeiros mandantes dos crimes, dando o poder econômico que está por traz dos assassinos. Pela via da investigação policial quase nada se conseguirá. Geralmente impera a conivência entre os grandes proprietários rurais e a polícia.

A denúncia dos criminosos e a defesa da vida dos trabalhadores rurais só serão possíveis com os métodos próprios da classe operária, ou seja: a ação direta. O armamento dos camponeses e a aliança com o movimento operário são as estratégias próprias dos trabalhadores contra o poder econômico da minoria opressora.

Lutemos contra os assassinos dos trabalhadores rurais!

## Matadores de aluguel

Em Goiânia surgiu o mercado onde se compra os serviços dos pistoleiros. Na área central de Goiânia, pode-se contratar mão de obra especializada para o crime. Os preços variam de acordo com a pessoa que irá assassinar. Se for comum o preço varia de 3 a 10 milhões de cruzeiros. Se for um político, padre, sindicalista (pessoa mais importante) o preço pode chegar a 40 milhões de cruzeiros (Folha de SP).

A que ponto chega a barbárie capitalista! Negociam o crime em plena praça pública, onde os pistoleiros se vendem por alguns milhões aos donos do poder econômico.

Conforme amplia a miséria, a tendência é crescer o mercado dos matadores de aluguel. O capitalismo cria a marginalização, os crimes, a miséria e o exército de desempregados. Por isso, o que se fazia às escondidas, na calada da noite, passou a ser feito nas praças públicas. O crime passou a ser um negócio para uma parte de indivíduos decompostos pelo regime de exploração do trabalho.

Os pistoleiros (matadores de aluguel) são as crias do regime capitalista. Para combatê-los, há que superar o regime de exploração do homem pelo homem.

## Protesto dos sem-terra no sul

Dez integrantes do movimento dos sem-terra da região sul do Estado farão um protesto de 4 dias (de 25 a 28) em frente à Prefeitura de Pelotas. Farão uma greve de fome com objetivo de pressionar o governo gaúcho nos assentamentos dos colonos. Este protesto é parte da mobilização que se realizará em nove cidades gaúchas. No dia 28 de janeiro, o protesto se encerrará com um ato público em Pelotas.

A greve de fome dos sem-terra está limitada aos 4 dias. Trata-se de uma posição defensiva diante do descaso do governo com os assentamentos prometidos.

Apoiemos a manifestação dos camponeses sem terra! Porém, a conquista da terra implicará, necessariamente, na resistência não só de alguns companheiros, mas do conjunto dos camponeses pobres. É necessário também estender as reivindicações da terra ao movimento operário, que em apoio tem todo interesse de estabelecer a aliança operária e camponesa contra os exploradores. A greve de fome por tempo indeterminado, a ocupação das áreas e a resistência armada se opõem as protestos limitados e parciais de alguns trabalhadores.

Ocupar, resistir é nossa bandeira de luta.

Formemos os comitês de luta em todos os lugares!

## Crato: denúncia

O sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, Bolsas, Luvas e material de Segurança e Proteção do Trabalho no Estado do Ceará denuncia as ameaças de morte que vêm sofrendo os seus diretores. Chama a solidariedade de todos os sindicatos na luta contra as ameaças de morte. A T.POR conclama a formação dos comitês de luta em defesa da vida dos trabalhadores contra todo tipo de ameaças e punições aos lutadores da classe operária. Reproduzimos abaixo a carta dos companheiros:

"Vimos pelo presente, informar sobre os últimos acontecimentos em nossa categoria. Não conseguimos chegar a um Acordo Salarial, e mediante a terceirização, o desemprego e o não pagamento de direitos por parte patronal tem gerado grandes conflitos, quando por último o Sr. Edmar Vieira Filho, presidente do Sindicato patronal e dono da empresa Vicouro Ltda, vem ameaçando de morte os diretores do nosso Sindicato, por telefone. No último dia 17, realizamos um ato em frente a sua Empresa com a participação de vários sindicatos cutistas, onde ele novamente reafirmou a ameaça antes, feita aos companheiros Raimundo e Valdir e agora foi formulada a todos os diretores do Sindicato publicamente. Solicitamos uma solidariedade por parte desta Central, no sentido de denunciar nos meios de comunicação locais e se possível com Entidades nacionais, nota de repúdio ao FAC-224-73-03, na FIEC para o Sindicato patronal da Indústria de Calçados em nome do Sr. Edmar Vieira Filho ou telegrama para o Endereço: AV. Barão de Studart, n.1980,3.andar. Fortaleza

**Toda solidariedade aos companheiros!**

**Ampliemos nossos Comitês de luta contra as perseguições políticas!**

## GAZUZA VOLTA A SE ORGANIZAR

No último dia 10 de janeiro, foi realizada a assembléia geral dos moradores, que contou com a presença de 500 pessoas.

Esta assembléia foi precedida de 32 reuniões nas ruas e vielas, contando com a participação de 900 pessoas. Sessenta e dois membros foram eleitos para formar a comissão, com mandato revogável, e a luta pela iluminação pública, esgoto e asfalto é a meta principal.

A luta pela moradia em Diadema se tornou caso de vida ou morte. Diariamente, vê-se pais de famílias à procura de um terreninho para construir sua casa e sair do maldito aluguel.

As ocupações são uma alternativa, mas para poucos, pois hoje, as terras nos grandes centros urbanos estão muito valorizadas, provocando, assim, o aumento da repressão às ocupações e obrigando os trabalhadores a ocuparem as vielas e beiras de rios.

A revolução socialista é a única forma de pôr fim a este pesadelo, pois a problemática das habitações só se resolverá com o fim das contradições entre o campo e a cidade. E para que a revolução seja organizada é preciso construir o Partido Operário Revolucionário.

## Não à Pena de Morte !

Diante da brutal onda de crimes e sequestros tem sido amplamente propagandeada a instituição da pena de morte no Brasil.

O deputado direitista Amaral Neto é o articulador de tal campanha. A adoção de um plebiscito para a aprovação de tal medida tem sido a forma encontrada para a alteração da Constituição. Assim, não se cansa de divulgar os méritos da introdução da pena de morte para conter o avanço da criminalidade. Utiliza para isso o sentimento de inúmeras vítimas para ganhar o apoio da população.

O governo, apesar de se posicionar contrário à pena de morte, reconhece que alguma coisa terá que ser feita para dar uma resposta ao anseio de uma parcela da população estarecida com a violência.

A pena de morte já foi adotada por mais de 100 países e a experiência revela que foi incapaz de conter o crescimento da criminalidade. Um exemplo é a Inglaterra

que após sua adoção teve um aumento significativo da violência criminal.

O aumento da violência, generalizada por todos os países, é uma demonstração cabal da decomposição do regime capitalista. A desintegração de um regime econômico traz consequentemente a falência de todos os valores, família e instituições por ele criados. Desta forma, o combate a violência não se dá com a ampliação das penas ou eliminação física dos criminosos. Ao contrário, somente uma nova sociedade, onde não há a exploração do homem pelo homem, poderá pôr fim à violência criminal.

Por isso, de nada valerá a introdução da pena de morte no Brasil. Servirá unicamente para punir com a vida uma parte das vítimas do brutal regime capitalista.

Nada de plebiscito para criar a pena de morte!

Pelo fim do regime que mata milhares de pessoas de fome e faz crescer a violência criminal!

## VILA NOVA CONQUISTA A TERRA

Desde 1985, que os ocupantes da área, denominada Vila Nova, em Diadema, lutam contra os burgueses que se diziam donos da terra.

No início foi a construção de alvenaria e uma horta coletiva que reforçou a luta pela terra, com o método da ocupação..

A luta pelos melhoramentos como água, luz, esgoto, galerias, guias e o asfalto foi decisiva. Essa luta fez com que fosse extinto o processo de reivindicação de posse da terra, pois o juiz considerou os melhoramentos efetuados pelo poder público e determinou que este desapropriasse a terra.

Assim, os moradores da parte de cima da Vila Nova estão livres do processo. Resta agora a parte de baixo. O exemplo da luta dos moradores da parte de cima deve ser seguido.

Sabemos que os melhoramentos em si não impõe a conquista da terra. É a organização para essas lutas e a disposição de resistir ao despejo que traz a vitória.

É nesta perspectiva que os ocupantes do Morro do Samba estão lutando pelos melhoramentos para se garantir na terra.

## XXIV Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação

### Um Congresso burocrático que aprovou a linha de conciliação de classe

Com a participação de 1600 delegados de todo o Brasil, realizou-se no Rio de Janeiro no início de janeiro o Congresso dos Trabalhadores em Educação. Esteve dominado pela política da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que assinava a tese 14 "CNTE de luta, democrática e de massa".

Este documento assinala as barbáries do capitalismo do ponto de vista de sua nova rearticulação mundial com a implantação do modelo neoliberal. Porém, nenhuma linha foi dita sobre o papel da burocracia estalinista do Leste Europeu e ex-Rússia na colaboração com o imperialismo. Da mesma forma, não apresenta a vigência do socialismo como a única via da superação da fome e miséria do mundo. Sobre a conjuntura nacional, faz demagogia do movimento pró-impeachment como sendo a vitória da democracia, do povo brasileiro contra a corrupção e o autoritarismo de Collor. A defesa das instituições democráticas burguesas (Congresso Nacional) e a transição pela via pacífica de Collor para Itamar foram ressaltadas como o método de luta dos trabalhadores. Assim, se opôs veementemente a caracterização da frente pró-impeachment como um movimento sob o domínio da política burguesa, que arrastou milhões de pessoas às ruas para pressionar a renúncia de Collor e substituí-lo dentro das normalidades traçadas pelo regime constitucional burguês.

A tese 14, defendida pela corrente política Articulação, mostrou a justeza da CUT e da CNTE em assinar o documento pela Ética na Política, propondo no Congresso Nacional a instauração do processo de impeachment de Collor. Portanto, é clara em revelar o apoio da Central à frente burguesa e à submissão do movimento operário às orientações de tal movimento.

Em relação ao governo Itamar, apesar de dizer que manterá as reformas neoliberais, aponta que este é fruto de uma nova correlação de forças e que caberá aos setores democráticos organi-

zados da sociedade apresentarem propostas alternativas. Rechaçou a resolução de oposição ao governo Itamar, bem como todas as propostas de enfrentamento direto à linha neoliberal. Por exemplo, definiu-se que é contra as privatizações, porém não é favorável à defesa do estatismo sobre o controle dos trabalhadores. Desta forma, nenhuma campanha de massa contra o governo privatista foi aprovada. Na questão educacional, mais uma vez se definiu pelo apoio à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que está no Congresso Nacional, uma reforma no sistema de ensino nacional que privilegia os empresários da rede particular e a Igreja (detentora de numerosos escolas) em detrimento das reivindicações históricas do conjunto dos educadores, como por exemplo, a defesa da escola pública, gratuita, autônoma a todos e o piso salarial nacional de um salário mínimo real (hoje 5 milhões de cruzeiros) por 20 horas de trabalho. Sobre o Plano de lutas nada de concreto foi proposto. Pois a Articulação se colocou contra a preparação da greve nacional do trabalhadores em educação para o primeiro semestre de 1993.

Como se vê, o Congresso da CNTE não serviu para armar nacionalmente os educadores contra a política neoliberal do governo, que visa também a privatização dos serviços públicos (educação e saúde). Ao contrário, fez demagogia do governo Itamar e trouxe o próprio Ministro da Educação para pressioná-lo a colocar em votação imediata no Congresso a LDB.

A burocratização da CNTE impediu que o Congresso fosse o lugar de amplas discussões políticas em grupo e em plenárias. O debate foi limitado pelo distração, o que impossibilitou a clareza das posições políticas que nortearam o Congresso.

O objetivo da CNTE de centralização dos trabalhadores em educação na luta por suas reivindicações tem sido abandonado pela política da direção. A defesa da escola pública e gratuita, as condições de trabalho e salário estão em choque com a política da direção majoritária da CNTE. Rechaçar tal orientação é o caminho da construção de uma verdadeira Central dos educadores, voltada à mobilização direta contra o regime de exploração do trabalho e o

neoliberalismo imposto pelas metrópoles imperialistas.

Finalmente cabe observar que a corrente Articulação contou com o apoio da Democracia Socialista (DS), que integra a "CUT pela Base" e o PCdoB (Corrente Sindical Classista). Através dessas alianças conseguiram aprovar quase na íntegra as posições políticas da ala majoritária do PT e da CUT.

### O bloco de esquerda

Durante o Congresso se armou um bloco das correntes de esquerda (Convergência Socialista, Coletivo dos Trabalhadores, Partido da Revolução Operária (PRO), Causa Operária, O Trabalho, PLP e o POR (Partido Operário Revolucionário). Este bloco esteve limitado às posições democratizantes da maioria das correntes, por isso, não foi capaz de se delimitar claramente das posições da Articulação.

A caracterização do governo Itamar como continuísta da política neoliberal de Collor e a consigna de oposição a tal governo foram inconsequentes, pois não apresentavam a perspectiva de derubada revolucionária do governo. Como não havia consenso, pois algumas correntes se reivindicam das eleições gerais, não foi exposto com clareza a luta contra o governo burguês e a defesa da revolução proletária, como a única via de solução dos graves problemas nacionais.

Este agrupamento se limitou a defender o rompimento da CUT e da CNTE com o pacto de governabilidade e a defender a ação direta das massas oprimidas contra o governo entreguista de Itamar. No campo educacional propôs a rejeição ao projeto da LDB e apontou a necessidade de discutir uma nova concepção de escola.

O bloco chegou a fazer uma manifestação contra a presença do Ministro da Educação, com a bandeira não ao pacto com o governo e em defesa das reivindicações da classe.

O POR atuou dentro do bloco com objetivo de discutir as nossas posições políticas, porém manteve total autonomia na defesa de suas propostas. Por isso, manteve a sua tese e a defendeu, diferenciando das correntes que compunham o bloco.

## Nossas posições no Congresso

O POR defendeu a tese 3 "Educação em Luta" caracterizando a crise estrutural do capitalismo e a necessidade do imperialismo cada vez mais quebrar forças produtivas. A crise de superprodução impõe a recessão mundial, o que obriga as metrópoles capitalistas, para se manter, avançar sobre as economias estatizadas (Leste Europeu, Rússia) e recolonizar as nações mais atrasadas. Para isso, apontou o papel traidor da burocracia estalinista de destruir as conquistas da Revolução Russa (democracia proletária, internacionalismo e o Estado Operário) e sua capitulação diante do imperialismo. Demonstrou a necessidade da Revolução Política para o desenvolvimento das forças produtivas bloqueadas pelo estalinismo e a construção da Revolução Mundial. Por outro lado, o imperialismo atua sobre os governos nacionais dos países capitalistas atrasados, impondo a política neoliberal, que se expressa na entrega da economia nacional às metrópoles (privatização das estatais, fim das reservas de mercado, etc): Desta forma, apontou a defesa da revolução proletária como a única via de pôr fim ao sistema de exploração do trabalho e desenvolvimento pleno das forças produtivas.

Quanto ao governo Itamar, defendemos o fim deste governo por ser antinacional e antipopular e apontamos a luta pelo governo operário e camponês, fruto da ação da mobilização direta das massas oprimidas. Chamamos a CUT a romper com o governo e a preparar a Campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real, emprego a todos e a estatização sobre o controle operário.

Da mesma forma, demonstramos que a falência da educação é parte da desintegração do regime capitalista, que bloqueia o desenvolvimento harmônico das forças produtivas. Nos países de economia atrasada, a defesa de reivindicações democráticas como a escola pública, gratuita e autônoma passaram a ser inconcebíveis pela burguesia e os reformistas (PT). As tarefas democráticas não cumpridas serão parte da revolução proletária.

Chamamos os trabalhadores a conhecer nossas posições que estão publicadas no folheto da Corrente Proletária na Educação.

## A falta de vagas na escola pública

Durante todo o mês de dezembro e janeiro as portas das escolas estão lotadas de pais e alunos à procura de uma vaga no segundo grau. Esse fenômeno não foi particular de uma região de São Paulo, mas se generalizou por todos os cantos. Em regiões como Itaquera (zona leste), onde o número de escolas é bastante restrito e a população vem crescendo violentamente, o problema tem sido mais cruel. São milhares de pais e adolescentes que pernoitam nas ruas à busca de um lugar para estudar. Na cidade Tiradentes (Guainazes), com a chegada de mais de 80 mil famílias que habitam o conjunto Santa Etelvina, agravou o problema, pois a Cohab Tiradentes (com 180 mil famílias) já não conseguia vagas nas escolas para todos. A região só possui 6 estabelecimentos municipais de primeiro grau e o Estado só possui 5 escolas. Daí a impossibilidade de vagas. Nada foi construído para que pudesse abrigar todos que moram nessa região.

Na Zona norte não foi diferente. Em Santana, as filas eram enormes e a luta por conseguir uma senha para a matrícula obrigou um conjunto de pais a exigir a volta dos perniciosos vestibulinhos para limitar o acesso à escola.

Na região oeste são inúmeros os alunos que não conseguiram vagas. Haja vista o que ocorreu nas portas da Escola Gomide, onde os pais fizeram um protesto contra a falta de vagas.

Diante dos protestos e as longas filas em frente às escolas, o secretário da educação anunciou que há escolas para todos desde que sejam remanejados para outras regiões da cidade. Isto significa que milhares de alunos deixarão de frequentar as escolas, pois não terão condições econômicas para se locomoverem de uma zona para outra. O preço dos passagens do transporte coletivo e os baixos salários do conjunto dos trabalhadores impedirão o ensino para a maioria.

A direção do movimento estudantil não respondeu mobilizando os pais e alunos contra a política educacional do governo. Ao contrário, deixou que uma parcela tomasse medidas que limitavam o direito de estudar a todos. Cabe aos estudantes mais conscientes reorganizar a luta dos estudantes em defesa da escola pública, gratuita e autônoma, levantando a bandeira pelo fim da rede privada de ensino e estatização de todo o sistema escolas sob o controle dos alunos, pais e educadores.

Nada de volta do vestibulinho, que só serve para marginalizar os estudantes mais pobres! nada de transferência de alunos de uma região para outra! Que construa novas escolas! Nenhum estudante fora da escola!

## A BUROCRATIZAÇÃO DO SINPRECE - SINDICATO DOS PREVIDENCIÁRIOS DO CEARÁ

Os últimos acontecimentos promovidos pelo SINPRECE revelam o elevado grau de burocratização de sua diretoria.

Mesmo quando era "OPOSIÇÃO SINDICAL" já tinha traços burocráticos e corporativistas, a exemplo do que aconteceu no Congresso Nacional dos Servidores Públicos Federais, ocorrido no ano passado, onde a "oposição" não participou e nem convocou a categoria para eleger delegados.

Agora que essa "OPOSIÇÃO" se tornou direção da entidade, vem aprofundando essa prática burocrática de alijar a categoria das atividades sindicais. Foi o que aconteceu na eleição dos delegados para o Congresso Estadual dos Previdenciários em Fortaleza, onde os mesmos foram eleitos numa reunião não convocada para essa finalidade e às portas fechadas. E para agravar mais ainda esse quadro, elegeu no congresso estadual burocrático alguns delegados para uma nova plenária nacional dos previdenciários que iria ocorrer em Brasília.

Os previdenciários formam uma categoria que mais vem sofrendo arrocho salarial nos últimos anos. O problema dos previdenciários de Fortaleza é a sua direção sindical, que vem se tornando uma casta burocrática, mais ligada ao aparelho do que à organização da categoria para lutar por suas reivindicações e contra o Estado burguês. Por isso é inconsequente na luta contra o sucateamento dos serviços públicos e até das próprias reivindicações da categoria, como a luta salarial e contra o desemprego.

É preciso construir uma fração revolucionária nos previdenciários, para impulsionar a luta consequente por salários, empregos e contra o sucateamento dos serviços públicos e a construção de um sindicato classista, baseado na democracia operária.

## A queda do número de greves: A responsabilidade é da burocracia vendida !

O número total de greves em 1992 foi o menor desde 1985. Ocorreram 569 paralisações nos onze primeiros meses de 92, com a participação de 2 milhões 770 mil grevistas. Para se ter uma idéia da queda, em 1989 houve 2.090 greves (4 vezes mais que em 92); com 15 milhões e 800 mil grevistas. Qual a razão disso ? Afinal, hoje a situação em termos de salário e desemprego é bem pior que há 4 anos atrás. Se a miséria é maior, deveria haver mais lutas contra ela. Mas não é o que acontece.

Para os dirigentes das Centrais Sindicais e dos maiores sindicatos do país, a culpa seria da recessão, que põe medo nos trabalhadores. Mas é nas suas próprias afirmações que encontramos a causa verdadeira:

Luiz Antônio Medeiros, da Força Sindical, afirma: "Não renunciamos às paralisações, mas não dá para ficar correndo a vida toda atrás do prejuízo".

E Vicentinho, dos metalúrgicos de São Bernardo, diz: "Antes as greves aconteciam de qualquer maneira, foi uma fase do movimento sindical; hoje passamos por um estágio de negociação até a exaustão" (Folha de S. Paulo, 03/01/93).

O que vemos é a rejeição de ambos ao método grevista, substituído pelas negociatas de Câmara Setorial, etc. O que temos hoje, salários miseráveis que não acompanham nem de longe a inflação e a continuidade das demissões, não é resultado da ineficácia das greves que até têm diminuído, mas da linha das negociatas de cúpula que favoreceram os empresários, elevando seus lucros e mantendo os sindicatos paralisados como instrumento de luta.

Enquanto estiverem controlados pelos burocratas de direita e de esquerda, que só estão preocupados em aumentar sua fatia de poder dentro do Estado capitalista, os sindicatos não serão instrumentos efetivos de luta contra a fome e o desemprego. Basta ver as campanhas salariais de 92, que após a posse de Itamar e do Ministro do Trabalho petista Walter Barelly foram todas anuladas pelos sindicatos.

A defesa de uma campanha nacional de luta pelo salário mínimo de 5 milhões com reajuste mensal automático e fim do desemprego implica numa luta contra a burocracia vendida, na construção de uma nova direção para o movimento.

## DEMISSÕES NA VASP

Duzentos funcionários da Vasp realizaram em 06.01 uma manifestação em frente à sede da empresa, no aeroporto de Congonhas, contra o sucateamento da empresa e as 70 demissões.

A partir de 14.01, 3.000 aeroviários entraram em greve por tempo indeterminado, exigindo a intervenção estatal e a saída de Wagner Canhedo da direção da empresa.

O diretor geral do DAC (Departamento de Aviação Civil) alegou que não haverá intervenção na Vasp, pois é consenso dentro do governo, inclusive até de Itamar Franco de não promover a intervenção.

A privatização das estatais foi uma das principais bandeiras do governo Collor e seus filhotes, como Itamar, Fleury, Quercia, etc. e é por isso que todos são contra a intervenção estatal e mantêm Canhedo acionista majoritário às custas de transações fraudulentas.

Para acabar com as demissões e o sucateamento o caminho não é o da intervenção estatal nos moldes anteriores. Os funcionários devem ocupar a Vasp e exigir sua estatização sob seu controle, assim como, o cancelamento dos acordos espúrios fechados durante o governo Quercia. Este movimento deverá estar enquadrado num movimento mais geral contra as privatizações das estatais, organizado pela CUT e sindicatos que saiam na defesa do estatismo sob o controle operário e fora o imperialismo!

## CONDUTORES DO ABC: VOTO NULO NESSAS ELEIÇÕES

Nos dias 2, 3, 4 e 5 de março haverá eleições para o sindicato dos Condutores do ABC.

As duas chapas registradas, da situação e da corrente Articulação, são formadas por burocratas e corruptos conhecidos.

Como sempre, precisa se ter uma oposição de última hora para disputar o aparelho sindical. Desta vez é a "Oposição de Fato", nome dado aos boletins do grupo que tenta formar uma chapa de oposição. Assinam esses boletins outros grupos fantasmas, como Linha de Frente, Frente de Luta, Rádio Peão, Rodão e a Turma do Sem Chapéu, todos alegando pertencerem à CUT.

Estas oposições são fantasmas, pois não existe um condutor que tenha visto nos últimos dois anos um boletim ou convocação de reunião desses agrupamentos.

A categoria tem de rechaçar todos os tipos de burocratas corruptos, desde os que formam a atual diretoria até os que querem chegar ao aparelho do sindicato.

O Voto Nulo, por uma Oposição Classista e Programática, vinda da formação de uma fração revolucionária na categoria, é a alternativa colocada aos trabalhadores.

Uma oposição que organize as comissões por empresas e que esteja presente na luta diária dos condutores do ABC.

Uma oposição que libere o sindicato para o conjunto dos condutores para organizar a luta por suas reivindicações e combater os conchavos com o patronato e as mordomias.

Uma oposição que defenda a Estatização dos transportes sob o controle dos condutores e dos usuários do mesmo.

## CALFAT: É PRECISO ROMPER O ISOLAMENTO

Depois de quase 11 meses acampadas em frente à casa do pai do empresário, as costureiras da Calfat decidiram demonstrar as barracas e tentar negociar com o proprietário da empresa, a forma de pagamento das 128 funcionárias demitidas há um ano.

A retirada do acampamento se deu em função de aguardar um mês para abrir negociação. As costureiras resistiram quase um ano às demissões. Mas a direção do sindicato, força sindical, fez de tudo para quebrar essa resistência, mantendo o movimento isolado todo esse tempo e sem perspectiva, para ter esse fim, ou seja, das costureiras serem obrigadas a retirar o acampamento sem nenhuma reunião marcada, sem nenhuma garantia.

A CUT, por sua vez, também não teve uma ação muito diferente, pois colaborou com o isolamento à medida que pactuava com os empresários as demissões voluntárias do ABC e não chamava a luta contra o desemprego. Portanto, também é responsável por mais essa derrota do movimento.

Caso não haja nenhuma negociação, que é o mais provável, a idéia de voltar a acampar e criar uma cooperativa não basta para exigir sequer as indenizações, pois o empresário não as indenizou nem com um ano de acampamento.

As costureiras têm de sair do isolamento e exigir que a CUT organize um movimento nacional contra as demissões. A luta contra as demissões só tem peso se for organizado o enfrentamento ao conjunto do empresariado e seu governo, num movimento nacional com greves e ocupações.

## Bolívia: Os partidários da abstenção:

### Que alternativa colocamos ?

Está demonstrado que a "democracia" boliviana é uma caricatura deformada da democracia burguesa, onde se impôs, assim como no plano da economia neoliberal, o mercado da política, onde tudo se compra e vende, menos idéias. A compra e venda de consciências e militantes, a compra massiva de votos mediante "obras" e o oportunismo são os traços distintivos da politicagem burguesa que revela que esta classe já não é capaz de oferecer grandes mudanças e transformações da sociedade, que em sua caduquice histórica se contenta em comprar o voto para assaltar ao poder durante 4 anos.

As diferentes camarilhas que compram o manejo do poder - a cada eleição se torna mais cara a compra do executivo e legislativo, por isso só podem aspirar os grandes poderes econômicos, que exercem sua ditadura secante sobre as grandes maiorias. O único que muda para estas é o carrasco que estará de plantão e que se enriquecerá da noite para o dia com o suor e o sangue dos explorados.

O abstencionismo, que é o repúdio da "democracia" e da politicagem, de toda a ordem das coisas atualmente existente, se projeta rumo à democracia proletária, onde serão as maiorias as que governarão sobre as minorias, através dos órgãos de poder das massas. As grandes maiorias, dirigidas pelo proletariado revolucionário, estabelecerão sua ditadura sobre as minorias hoje privilegiadas - por isso o novo estado se chama ditadura do proletariado - e nesse marco conhecerão pela primeira vez a democracia, exercerão plenamente seus direitos. Nesse estado operário, os interesses das maiorias, suas necessidades, suas reivindicações mais importantes guiarão a política do Estado e não a sede insaciável de lucro do punhado de grandes poderosos, como agora acontece.

Mas para isso é indispensável destruir a gigantesca máquina do Estado burguês e o único caminho para isso é a insurreição armada, a violência revolucionária que pulverize esse Estado e seus órgãos de repressão (exército e polícia).

**Abaixo a "democracia" e suas eleições, que são a ditadura da burguesia !**

### Eleições 1993:

#### O Voto em Branco favorece à direita ?

A abstenção (não comparecer à votação), votar em branco ou nulo é um rechaço a todos os politíqueiros que querem servir-se de todos nós como escada para chegar a ganhar grandes salários pelo ofício de esquentar os assentos e sobretudo por aprovar leis que vão contra as grandes maiorias nacionais, leis que oprimem os despossuídos.

O voto em branco e a abstenção prejudicam a todos os candidatos e é isso que buscamos, porque estamos cansados dos politíqueiros de todas as cores, porque sabemos que os "mecanismos democráticos", legais ou parlamentares, não solucionam nossos problemas. Em nossa experiência, temos aprendido que só se saímos às ruas para lutar para impedir que nos pisem e nos roubem podemos obter algumas conquistas, sabemos que só se nos mobilizamos massivamente, fazemos retroceder nossos opressores.

A abstenção e o voto em branco significam repúdio ao arremedo democrático que temos na Bolívia, que não é mais que uma ditadura para as maiorias empobrecidas, para aymaras, quechuas, etc. Por isso é que, no fundo, esta tendência abstencionista está buscando, ainda que instintivamente, acabar com a ordem de coisa existente que só traz miséria, fome e desemprego.

**Viva a abstenção massiva contra os politíqueiros !**

## Fora o imperialismo do Iraque !

As Forças Armadas americanas voltaram a bombardear o Iraque. Depois de ocupar 2 áreas que formam cerca de metade do país e impedir que os próprios iraquianos pudessem sobrevoar as mesmas por vários meses, os americanos destruíram no dia 13 vários postos de tiro antiaéreo iraquiano nessas áreas e, no último dia 18, com a ajuda de ingleses e franceses, voltaram a atacar Bagdá. 110 aviões foram utilizados no primeiro bombardeio e 40 mísseis no segundo.

Trata-se de uma tentativa de disciplinar o Iraque às resoluções da ONU, que implicam em permitir que as tropas americanas continuem ocupando metade do país e possam cruzar livremente os céus do Iraque sem dar a menor satisfação. Ou seja, manter o Iraque como semicolônia americana, aprofundando sua submissão.

Assim como defendemos a luta contra a opressão imperialista sobre nosso país, colocamo-nos incondicionalmente ao lado do Iraque contra os americanos. Nenhuma intervenção externa no Oriente Médio ! Que os árabes resolvam seus próprios problemas !

## Fora os americanos da Somália !

Depois de invadirem a Somália, sob o pretexto de garantir a chegada de ajuda alimentícia aos famintos, os americanos permanecem com o controle do país. A Somália está envolvida por uma guerra civil étnica, onde várias tribos lutam pelo poder e praticamente paralisaram a produção e distribuição de alimentos. Depois de prometerem passar o controle da situação à ONU até o dia 20, os americanos acabaram participando da formação de um comitê militar conjunto com os principais líderes das guerrilhas, e permanecem no país.

A fome que atinge a Somália tem a mesma causa que mantém 1 bilhão de pessoas na miséria absoluta no mundo: a superexploração capitalista e a opressão de centenas de nações por meia dúzia de países imperialistas. A ocupação americana não vai resolver esse problema, antes vai agravá-lo, aumentando a opressão nacional. Defendemos que os próprios africanos decidam sobre seus destinos, sem a interferência externa. E que acabem com a exploração de classes que leva à fome e a miséria, através da revolução proletária.

### Onde estão os "duros" conservadores ?

#### Yeltsin consegue manter os ministros liberais

Depois de uma forte pressão do novo primeiro-ministro russo Chernomyrdin para substituir os principais ministros econômicos, Boris Yeltsin conseguiu mantê-los e, com isso, sua política econômica de reformas, rumo ao capitalismo intacta. Dessa forma, mantem-se no poder a equipe assessorada diretamente por economistas ingleses e norte-americanos: Richard Layard, inglês, assessora Sergei Vassiliev, assessor do 1º ministro; a International Finance Corporation, divisão do Banco Mundial, assessora Anatoli Chubais, da privatização; um banco americano, o Goldman Sachs, elabora as estratégias para atrair investidores estrangeiros. Apesar da posição do novo primeiro-ministro de manter o país no caminho das reformas capitalistas, mesmo com novos nomes no ministério, acordou-se em manter os homens de confiança do FMI e Banco Mundial.

O parlamento russo, de maioria conservadora, mostra-se impotente diante das pressões externas. Sequer mudanças no ministério conseguiu impor, mesmo com juras de manutenção da política econômica. As diferentes frações da burocracia colocam-se como instrumentos da restauração de um capitalismo que já não pode dar mais nada à humanidade, além da fome e das guerras. As massas russas começam a protestar, mas dependem para seu amadurecimento da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que temos que construir.